



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR  
BIÊNIO 2014-2015

1 Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões da Reitoria, às oito  
2 horas e quarenta minutos, reuniram-se os seguintes membros do CONSUP: O Magnífico Reitor do  
3 Instituto Federal de Rondônia, Professor **Écio Naves Duarte**, Presidente do CONSUP; **Angélica**  
4 **Maria de Toledo Brogin** e **José Sudré de Oliveira**, Representantes Titulares dos Docentes; **Juliana**  
5 **Vieira Saldanha**, Representante Titular dos Técnicos-Administrativos; **Thiago Pacife de Lima**,  
6 Representante Suplente dos Técnicos-Administrativos, convocado considerando justificativa de  
7 ausência do Titular Tiago Lins de Lima; **Edinaldo Almeida da Silva** e **Carlos Renato Romano**  
8 **Lopes**, Representantes Titulares dos Discentes; **Siguimar Francisco da Cruz** e **Vanderley Antônio**  
9 **Chorobura Klein**, Representantes Titulares dos Egressos; **Osvino Schmidt** e **Juliano Cristhian**  
10 **Silva**, Representantes Titulares do Colégio de Dirigentes; **Miguel Fabrício Zamberlan**,  
11 Representante Suplente do Colégio de Dirigentes; **Edilberto Fernandes Syrczyk**, Representante  
12 Titular do SINASEFE/RO; **Maria Angélica Silva Ayres Henrique**, Representante Suplente da  
13 SEDUC/RO, convocada considerando justificativa de ausência do Titular Emerson Silva Castro;  
14 **Rejane Maria de Araújo Vago**, Representante Titular da SETEC/MEC. Os conselheiros titulares e  
15 suplentes, Tiago Lins e Lima, Wilson Conciani e Sílvio Luís de Freitas justificaram suas ausências.  
16 Registra-se a presença na reunião da Assistente em Administração do Câmpus Porto Velho Calama,  
17 Wilka Alexandra de Lima Campos, como ouvinte; dos Assessores Especiais da Reitoria, Professor  
18 César Alexandre Silva Lima e Professor Roberto Bagattini Portella e do Professor Gersony Tonini  
19 Pinto. O Professor Écio, inicia a reunião cumprimentando e dando boas-vindas aos presentes. Em  
20 seguida, informa sobre a visita de cinco Institutos Federais ao Câmpus Porto Velho Zona Norte,  
21 referência em Educação a Distância, a realizar-se na próxima semana. Informa ainda, que Termos de  
22 Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia – CIMNE e o Instituto  
23 Belga de Aeronomia Espacial – BIRA-IASB estão em fase final de formalização e solicita ao  
24 Conselho autorização para que a Professora Laura Borges Nogueira faça uma apresentação acerca  
25 destes dois Termos, após a apresentação da prestação de contas do EaD e PRONATEC, sem objeção  
26 dos conselheiros. A Professora Angélica pede a palavra e sugere uma inversão da pauta, ficando o  
27 cronograma de consulta como primeiro ponto de pauta. Em resposta o Professor Écio esclarece que os  
28 Projetos Pedagógicos de Curso, devem ser aprovados primeiro, uma vez que os mesmos já entraram  
29 em pauta anteriormente. Após o debate, a ordem da pauta permanece como está. O Professor José  
30 Sudré sugere que a reunião prossiga até que todos os assuntos da pauta sejam analisados, todos

31 concordam. Dando prosseguimento, passa-se a aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária.  
32 Aprovada por unanimidade, sem ressalvas. A Professora Angélica solicita que a Ata seja encaminhada  
33 para análise até dez dias após a reunião, conforme Regimento Interno do Conselho. O Professor Écio  
34 agradece a contribuição da conselheira e acrescenta que com a futura nomeação de mais servidores  
35 para auxiliar no Gabinete, esta solicitação poderá ser atendida. Prossegue informando que convidou o  
36 Professor Gersony para participar desta reunião para que o mesmo auxiliasse com sua experiência na  
37 elaboração do cronograma eleitoral e questiona o Conselho se há alguma objeção em sua participação.  
38 Sem objeção dos conselheiros. **Ponto 1:** Projeto Pedagógico do Curso Eletromecânica Integrado ao  
39 Ensino Médio e Informática Integrado ao Ensino Médio, do Câmpus Vilhena e, Projeto Pedagógico do  
40 Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio, do Câmpus  
41 Ariquemes – o Professor Écio explica que, inicialmente seriam formadas três comissões para avaliação  
42 do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme deliberado durante a última reunião do  
43 CONSUP, contudo foram formadas somente duas comissões, considerando os custos com  
44 deslocamento desses servidores. Em seguida, faz a leitura do parecer da comissão que avaliou os  
45 Câmpus Colorado do Oeste e Vilhena. Questiona se há considerações; não há. Passa a leitura do  
46 parecer da comissão que avaliou os Câmpus de Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Zona Norte  
47 e Calama. Conclui dizendo que os pareceres são favoráveis ao bom funcionamento do AVA e ressalta  
48 a importância do ensino a distância, sendo que o IFRO é reconhecido como um Instituto de referência  
49 na área do EaD. Dando continuidade, agradece aos envolvidos na comissão e passa a palavra ao Prof.  
50 José Sudré. O Professor solicita que a comissão que avaliou o AVA nos Câmpus de Ji-Paraná,  
51 Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Zona Norte e Calama coloque no parecer os nomes dos diretores  
52 gerais e coordenadores com os quais a comissão conversou. Em atenção a esta solicitação, o Professor  
53 Écio diz que a secretaria do Conselho irá providenciar. O Professor Juliano ressalta que os vinte por  
54 cento da carga horária não precisam necessariamente ser utilizadas no AVA, pois há outras  
55 ferramentas, inclusive com o planejamento de aulas. O Professor Edilberto pede a palavra para  
56 explicar o contexto em que se motivou pedir a avaliação do AVA. Acrescenta que há a necessidade de  
57 criação de uma comissão permanente de avaliação que analise a infraestrutura do ambiente virtual de  
58 aprendizagem. Ressalta ainda, a necessidade de capacitação mínima dos alunos para utilização do  
59 sistema. O Professor encaminha a proposta da constituição da comissão permanente nos câmpus com  
60 vistas à avaliação contínua do sistema. O Professor Edilberto faz a defesa da constituição da referida  
61 comissão. Fala que a comissão focaria exclusivamente como está a infraestrutura em cada câmpus e  
62 que sua proposta veio na perspectiva de que os processos de projetos pedagógicos de curso já  
63 contenham uma análise da infraestrutura ao serem encaminhados ao Conselho para apreciação. A  
64 Professora Angélica fala que as comissões levantaram a atual situação do AVA nos câmpus e  
65 questiona como serão resolvidos os entraves apontados pelas referidas comissões, uma vez que os  
66 redimensionamentos já ocorreram e já é uma realidade. Acrescenta que houve uma capacitação para  
67 uso do sistema, mas os servidores capacitados que eram para serem multiplicadores, acabaram não  
68 disseminando o conhecimento. O Professor José Sudré ressalta que a sugestão do Professor Edilberto é

69 uma das medidas de saneamento dos entraves apontados pelas comissões. O Professor Osvino  
70 questiona quem seriam os membros da possível futura comissão e, que se for aprovada, que seja uma  
71 comissão mista. O Professor Écio alerta que cada decisão do Conselho repercute na Instituição de  
72 forma importante e pede prudência aos conselheiros. O Professor Juliano pede a palavra e questiona  
73 acerca dos três projetos pedagógicos que foram pedidos vista e que ainda não foram aprovados. Em  
74 relação a proposta do Professor Edilberto, o Professor Juliano acredita que a mesma irá engessar a  
75 Instituição e sugere que servidores façam parte das comissões responsáveis pela elaboração dos  
76 projetos pedagógicos e não criar uma comissão para avaliar o trabalho da outra. O Professor Écio  
77 responde dizendo que entende que os três projetos estão aprovados, uma vez que não houve objeções  
78 aos pareceres das comissões. Processo aprovados por unanimidade. Dando continuidade ao debate, o  
79 Professor Edilberto acrescenta que a comissão deve ser mista para avaliar as condições de  
80 infraestrutura; considera que os técnicos trabalham conosco e emitem suas opiniões, mas não há nos  
81 projetos pedagógicos um parecer acerca disso. O Professor Écio encaminha para a votação a criação  
82 de uma comissão permanente de avaliação do AVA. Resultado: não aprovada. Em seguida sugere  
83 solicitar ao núcleo docente estruturante que cuide dessa questão. O Professor José Sudré solicita que  
84 entre na pauta da próxima reunião do CONSUP, os demais cursos que poderão ser redimensionados. O  
85 Professor Écio diz que avaliará esta questão. **Ponto 2 – Apresentação das prestações de contas: EaD e**  
86 **PRONATEC**, feitas em slides do *power point*, sem a entrega de cópia das apresentações e/ou  
87 processos ao conselheiros durante a reunião. Inicia-se com a apresentação do Professor Miguel sobre o  
88 EaD. O mesmo cumprimenta os presentes e apresenta dados do termo de cooperação, informa que  
89 temos autonomia desde março de 2013, com cursos produzidos em Rondônia. Exibe, em uma tabela  
90 dentro de um slide do *power point*, os dados de alunos da Rede e-Tec e Profunçãoário separadamente,  
91 para ficar claro como ambos são geridos. Fala sobre os recursos e a previsão de novas vagas. Informa  
92 que a previsão de recursos para 2013 foi de aproximadamente cinco milhões. Fala ainda sobre o  
93 andamento da execução financeira do referido ano e acrescenta que cerca de vinte e cinco por cento do  
94 recurso foi devolvido. Acrescenta que temos parcerias com o Instituto Federal do Norte de Minas,  
95 Instituto Federal Goiano, Instituto Federal de Sergipe e em 2014 com o Instituto Federal do Acre,  
96 atingindo o objetivo de se trabalhar em rede. Dando continuidade, diz que em 2013 tínhamos vinte e  
97 cinco polos em funcionamento e em 2014 a previsão é chegar a trinta e três polos. Informa, por fim,  
98 que os próximos passos para 2014 são o início dos cursos técnicos em recursos humanos e serviços  
99 públicos. O Professor Écio agradece ao Professor Miguel pela condução do EaD no Câmpus Porto  
100 Velho Zona Norte e fala que somos referência nesta modalidade de ensino. Em seguida abre a palavra  
101 aos conselheiros. A conselheira Juliana questiona quem executa o EaD. O Professor Miguel diz que é  
102 a Reitoria. Com relação as parcerias informadas, a conselheira questiona se há contrapartida. Em  
103 resposta, o Professor Miguel diz que quando a parceira é com a prefeitura o câmpus entra com o  
104 recurso tecnológico, de pessoal e com o pagamento das bolsas; já o município entra com a  
105 infraestrutura física e suporte de funcionamento. A parceria como os Institutos, por exemplo, o  
106 Instituto Federal do Acre, a infraestrutura é deles e nós só repassamos o material digital, o material

107 pedagógico e a gestão é realizada pelo Instituto parceiro. A conselheira questiona, ainda, a razão dos  
108 orçamentos devolvidos, se o material de consumo foi por não ser necessário ou de não ter sido feito  
109 planejamento. O Professor fala que houve problema na licitação e, no caso do e-Tec, todas as  
110 aquisições tem que ser voltadas a educação a distância. O Professor José Sudré pergunta se o IFRO já  
111 possui quadro efetivo para o EaD e quantos professores foram contratados. O Professor Miguel  
112 responde que já foram contratados professores e que eles atuam tanto no EaD quanto no presencial. O  
113 Professor José Sudré questiona ainda se já estamos desvinculados do Instituto Federal do Paraná em  
114 termos de subsídios e a resposta é afirmativa. O Professor Edilberto solicita que seja disponibilizado  
115 relatórios semestrais aos câmpus, inclusive para servir de subsídio para novos cursos e para ajudar na  
116 execução orçamentária. O Professor Miguel diz que é possível atender e encerra agradecendo a  
117 atenção de todos. Dando continuidade às apresentações, a Professora Josélia Fontenele Batista Cabral  
118 faz a prestação de contas do PRONATEC. Inicia, sua apresentação de slides, falando que o orçamento  
119 do PRONATEC é disponibilizado através das metas propostas para a execução dos cursos.  
120 Exemplifica apresentando o orçamento disponível e o orçamento que pode ser utilizado, considerando  
121 vagas pactuadas x matrículas confirmadas. Apresenta dados da descentralização do crédito; cursos e  
122 matrículas confirmadas. Fala ainda sobre as dificuldades encontradas na execução do programa e das  
123 medidas adotadas para sanar tais dificuldades, de modo a assegurar o cumprimento do objeto. Por fim,  
124 apresenta o detalhamento do crédito orçamentário recebido e da execução orçamentária por unidade.  
125 Agradece a atenção e diz que está disponível para responder aos questionamentos. O Professor José  
126 Sudré pergunta desde quando a Professora Josélia está como coordenadora do PRONATEC. A mesma  
127 responde que assumiu a coordenação em maio de 2013. O Professor pergunta quantos cursos foram  
128 realizados até o momento. A Professora responde que não tem esse número pronto, mas que já  
129 passaram de cinco mil alunos. O Professor acrescenta que esperava prestação de contas desde 2011 e  
130 só foi apresentada de 2013. Em resposta, a Professora informa que o FNDE não estipulou como seria  
131 feita esta prestação de contas no início, somente agora ficou definido. O Professor José Sudré solicita  
132 então que sejam disponibilizadas planilhas com a prestação de contas dos anos anteriores. Segundo a  
133 Professora Josélia é possível e que pode ser encaminhado. A conselheira Juliana parabeniza a  
134 Professora Josélia, pois desde sua nomeação como coordenadora do PRONATEC, a condução do  
135 programa no IFRO melhorou muito. Prossegue dizendo que a prestação de contas é um ponto crítico e  
136 questiona como isso poderia ser gerenciado. Sugere que a coordenação passasse aos câmpus como  
137 deve ser feita a referida prestação e quais são os indicadores. A Professora Josélia responde que tão  
138 logo os documentos norteadores cheguem, serão encaminhados aos câmpus. A conselheira solicita  
139 ainda que a apresentação de hoje seja encaminhada, ao qual possui resposta afirmativa. Em seguida, o  
140 Professor Écio ressalta sua preocupação com a transparência da gestão, o que resultou nas duas  
141 prestações de contas ao Conselho. O conselheiro Vanderley pede a palavra para questionar quem faz a  
142 fiscalização dos cursos nas unidades remotas para saber se os coordenadores estão desempenhando seu  
143 trabalho e se os professores estão dando suas aulas. A Professora Josélia esclarece que há uma equipe  
144 nas unidades remotas que fiscalizam, bem como uma equipe da Reitoria que faz visitas às unidades. O

145 conselheiro prossegue dizendo que o seu irmão faz um curso de eletromecânica e a coordenação tem  
146 dificuldade para oferecê-lo uma vez que não havia professores. Acrescenta que seu irmão está  
147 desmotivado e que o professor sempre dá presença, mesmo quando o aluno não está em sala. A  
148 Professora informa que este curso não é ofertado pelo IFRO, pois não temos curso nessa área. Informa  
149 ainda que dependendo do curso não oferecemos por não haver infraestrutura e/ou docentes  
150 disponíveis. O Professor Edilberto reitera a fala do Professor José Sudré no que se refere a  
151 disponibilização dos relatórios para acompanhamento nos câmpus. Solicita que seja verificada a  
152 possibilidade de que os cargos de coordenação do PRONATEC sejam eleitos por seus pares e  
153 questiona se há algum critério para contratação de pessoal e que isso esteja mais claro nos editais. A  
154 Professora explica que o critério para contratação dos docentes é que pode ter no máximo dezesseis  
155 horas/aula e que para os coordenadores não pode ter cargo de direção. Acrescenta que os editais são  
156 disponibilizados primeiramente ao público interno e, se as vagas não são todas preenchidas,  
157 disponibiliza-se ao público externo. O Professor Edilberto externa sua preocupação com a carga  
158 horária dos docentes que atuam concomitantemente no PRONATEC e nas demais atividades do IFRO.  
159 Em resposta, a Professora Josélia diz que a resolução permite a utilização de docentes da Instituição e  
160 seria um contrassenso se não pudéssemos contratá-los uma vez que temos um corpo técnico  
161 qualificado. Acrescenta que a Direção Geral de cada câmpus deve controlar a carga horária. A  
162 conselheira Maria Angélica ressalta que falta mão de obra terceirizada, há uma carência de professores  
163 atualmente. Dando continuidade, o Professor Écio reitera a questão do encaminhamento dos relatórios  
164 do PRONATEC e do EaD aos câmpus e diz que tem simpatia com a questão de se fazerem eleições  
165 para escolha dos coordenadores do PRONATEC. O Professor Osvino diz que no Câmpus Ariquemes,  
166 a coordenação é escolhida em uma reunião com voto secreto, o escolhido é nomeado coordenador.  
167 Acrescenta que até o momento esta é uma prática exitosa. O Professor Écio agradece a apresentação  
168 da Professora Josélia e passa a palavra à Professora Laura, que fará a apresentação sobre os **Acordos**  
169 **de Cooperação Internacional**. A Professora faz uma breve apresentação sobre o Centro Internacional  
170 de Métodos Numéricos em Engenharia – CIMNE (Barcelona) e o *Belgian Institute for Space*  
171 *Aeronomy* – BIRA – IASB (Bruxelas), explanado os principais objetivos dos convênios. Ressalta que,  
172 apesar de os referidos acordos ainda não terem sido assinados, algumas atividades já estão sendo  
173 desenvolvidas. Fala sobre as potencialidades desses convênios e que o contato pessoal com a ida *in*  
174 *loco* para a assinatura dos convênios será benéfica, uma vez que será possível fazer um levantamento  
175 de outras potenciais parcerias. O Professor Osvino diz que três ações estão ligadas ao setor agrícola e  
176 diz que gostaria que os professores da parte agrícola fossem aproveitados na Sala CIMNE. Sugere que  
177 os profissionais dos três câmpus agrícolas sejam consultados. A Professora Laura esclarece que esta  
178 não é uma cooperação exclusiva do Câmpus Porto Velho e sim do IFRO. O Professor Écio acrescenta  
179 que será feita uma seleção por edital e dado ampla divulgação e os critérios serão pela meritocracia.  
180 Acrescenta ainda que nenhum convênio será assinado sem o parecer do Procurador Federal junto ao  
181 IFRO. O Professor Edilberto solicita que no momento que for efetivado o acordo, o mesmo seja  
182 incorporado a proposta de mestrado que está em pauta. O Professor Écio ressalta que a data para

183 inclusão do projeto na CAPES já está ultrapassada, desta forma não será possível a inclusão no projeto  
184 pedagógico do curso. Informa que em virtude desse prazo a resolução foi feita *ad referendum* para  
185 atender ao disposto pela CAPES. Por fim, pede ao conselho autorização para realização da viagem ao  
186 exterior para assinatura de ambos os Acordos de Cooperação apresentados, sendo o Reitor e mais um  
187 servidor (pesquisador ou da assessoria internacional, com fluência na língua inglesa). Autorizado, sem  
188 objeção. Dando continuidade a pauta, passa-se ao **Ponto 3** – Regulamento dos Programas de  
189 Assistência Estudantil, sendo a relatora a Professora Angélica que primeiramente faz a leitura do  
190 histórico, explanando suas considerações para a melhoria do documento, as quais constam no parecer.  
191 Após o debate, foram votados os seguintes encaminhamentos: a) mantêm todos os itens do artigo  
192 setenta e cinco; b) alteração do artigo quarenta e quatro, sendo que todo o recurso da assistência  
193 estudantil deverá ser alocado no Projeto/Atividade Assistência ao Educando da Educação Profissional  
194 e Tecnológica, permanecendo a responsabilidade de gestão dos recursos no câmpus. O Professor Écio  
195 se comprometeu a consultar a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração para realizar a alteração  
196 da minuta neste artigo; c) incluir no artigo cinquenta e seis os programas PRODETEC e PROCID; d)  
197 permanece no artigo cinquenta e seis o programa PROCAE; e) exclusão do parágrafo único do artigo  
198 trinta e quatro; f) revisão geral da numeração dos artigos, capítulos e títulos, bem como correção  
199 ortográfica do texto. Em seguida, o conselheiro Thiago Pacife solicita que o Regulamento da  
200 Monitoria entre em pauta na próxima reunião do CONSUP. O Professor Écio responde que irá  
201 verificar a possibilidade, uma vez que há alguns processos aguardando para entrar em pauta. A  
202 conselheira Juliana solicita que o cronograma de reuniões do Conselho seja cumprido, considerando a  
203 demanda de processos que aguardam para serem analisados. Por fim, a Professora Angélica apresenta  
204 voto favorável à aprovação. Aprovado por unanimidade, com ressalvas. Considerando o adiantado da  
205 hora, os conselheiros concordaram em analisar o Processo Pedagógico do Curso de Pós-Graduação  
206 EJA-EaD e a Apresentação do cronograma de consulta à comunidade escolar para os cargos de Reitor  
207 e Diretor Geral de Câmpus no período da tarde, com início às quatorze horas. Os conselheiros  
208 Siguimar e Maria Angélica dizem que não podem retornar no período da tarde, justificando que já  
209 tinham compromissos agendados. Prossegue-se com o **Ponto 4** – PPC do Mestrado Profissional em  
210 Agricultura e Ambiente Amazônico. O Professor Edilberto, relator do processo diz que este processo  
211 precisaria estar em uma próxima reunião do CONSUP e não ser votado agora. Prossegue dizendo que  
212 vários elementos de ordem estrutural não estão contemplados no projeto e acrescenta que se o projeto  
213 for analisado nesta reunião, a princípio seu parecer será contrário à aprovação. Em seguida, faz  
214 explicações acerca de nove pontos que precisam ser adequados no projeto e propõe que a votação seja  
215 na próxima reunião. Fala que foram feitas solicitações para sanar as deficiências do referido projeto,  
216 mas há problemas de infraestrutura e que dependem de acordos externos que ainda não foram  
217 firmados. O Professor Écio fala que o projeto é uma intenção de se conseguir a aprovação da CAPES,  
218 logo se a CAPES aprovar o projeto não será o conselho a dizer o contrário. Acrescenta que o convênio  
219 com a EMBRAPA será firmado e que até cursos do Instituto iniciaram-se sem os laboratórios prontos.  
220 Ressalta que nenhum programa começa cem por cento pronto. O Professor Edilberto reitera a questão

221 cem por cento pronto. O Professor Edilberto reitera a questão de infraestrutura do Câmpus Colorado  
222 do Oeste e a ausência dos termos de cooperação com a EMBRAPA e com a Universidade Federal do  
223 Rio de Janeiro. O Professor Écio solicita ao Conselho que aprove o projeto e que se por ventura o  
224 mestrado for aprovado pela CAPES, dois ou três avaliadores virão a Rondônia avaliar o que está no  
225 papel. Contudo ressalta que não tem como apresentar a infraestrutura que o conselheiro está  
226 solicitando, uma vez que é diferente um curso regular de um mestrado ou doutorado que ainda não foi  
227 aprovado pela CAPES. Com relação aos documentos faltantes, se compromete a apresentar na  
228 próxima reunião. Às doze horas e trinta e dois minutos a conselheira Maria Angélica se ausenta e pede  
229 para deixar registrado que é favorável a aprovação do projeto. Dando continuidade, o Professor  
230 Edilberto faz suas considerações acerca do mestrado, com apontamentos específicos no corpo do  
231 projeto. Prossegue com a leitura do seu parecer, explanado pontos positivos e negativos. Com estas  
232 considerações, abre-se o debate. O Professor Écio reitera que a estrutura física só será providenciada  
233 após a aprovação pela CAPES e que mesmo após iniciadas as atividades, todos os laboratórios não  
234 precisarão estar em funcionamento, pois isto é construído aos poucos. Acrescenta que as alterações  
235 propostas pelo conselheiro não poderão ser feitas no momento, em virtude do encerramento do prazo  
236 junto a CAPES para inserção dos dados. Porém, após aprovado, pode ser solicitado que as alterações  
237 sejam feitas no projeto. Ressalta que essas alterações terão que estar de acordo com a CAPES e não  
238 exatamente como queremos. Reitera ao Conselho que aprove o projeto, pois teve que empenhar a  
239 palavra *ad referendum*, pois no fim quem aprova ou desaprova o projeto é a CAPES. A Professora  
240 Rejane fala que o Ministério da Educação está trabalhando para ampliar os mestrados profissionais e  
241 parabeniza a proposta do Instituto. Em seguida, o Professor Edilberto, relator do processo, apresenta  
242 voto favorável à aprovação. Aprovado por unanimidade, com as ressalvas apresentadas. A reunião  
243 encerra-se às treze horas e dez minutos. Reinício da reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos  
244 com o **Ponto 5** – PPC Pós-Graduação EJA-EaD. O relator, conselheiro Tiago Pacife, esclarece que a  
245 princípio foi designado como relator do processo o conselheiro Tiago Lins, contudo como o mesmo  
246 não pode estar presente repassou o referido processo para que ele fizesse a relatoria. Prossegue com a  
247 apresentação do curso. Fala que será na modalidade de ensino a distância, semelhante ao que já ocorre  
248 no Câmpus Porto Velho Zona Norte. Ressalta que o cronograma está um pouco adstrito, contudo  
249 acredita que o mesmo poderá ser alterado após a aprovação. Questiona o Presidente do Conselho o  
250 fato de constar no processo um despacho de encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e  
251 Extensão. O Professor Écio esclarece que o processo seria mesmo encaminhado ao CEPEX, contudo  
252 considerando que precisávamos aprovar este projeto em caráter de urgência, uma vez que há recurso  
253 disponível para o início do mesmo, optou-se por encaminhá-lo somente para o CONSUP. O Professor  
254 Osvino questiona a quantidade de aulas e a carga horária. O conselheiro responde que as aulas serão  
255 transmitidas pelo EaD, uma vez por mês, com carga horária total de trezentas e sessenta horas. O  
256 Professor questiona ainda qual o objetivo do curso. Em resposta, o conselheiro diz que é capacitar  
257 profissionais para trabalhar com o Ensino de Jovens e Adultos. Finaliza dando voto favorável à  
258 aprovação. Aprovado por unanimidade, sem ressalvas. Dando continuidade, o Professor Écio solicita

259 autorização do conselho para gravar esta parte da reunião, e justifica que somente agora conseguimos  
260 um gravador. O Professor José Sudré solicita que as próximas reuniões fossem filmadas. O Professor  
261 responde que a expectativa é que no futuro as reuniões sejam transmitidas ao vivo, pela página do  
262 IFRO. **Ponto 6** – o Professor Écio diz que o Professor Gersony irá fazer a apresentação acerca do  
263 cronograma de consulta para Reitor e Diretor Geral, logo após uma apresentação sobre a base legal  
264 das eleições. Prossegue contextualizando a base legal da consulta, sendo que a mesma deverá ser  
265 realizada após cinco anos, contados do início efetivo das atividades da Instituição. Acrescenta que a  
266 proposta de início da consulta seja realizada no dia vinte e um de outubro e que, após deflagrado o  
267 processo eleitoral, deve-se terminar em até noventa dias. Logo, se o mesmo começar em outubro  
268 terminaria no início de janeiro, contudo tem-se a pretensão de que o processo eleitoral seja realizado  
269 entre outubro e dezembro, sendo um turno o mais viável para se alcançar este objetivo. Em seguida  
270 fala sobre as incumbências específicas do CONSUP, quais sejam: deflagrar o processo eleitoral;  
271 decidir se a consulta será em um ou dois turnos; homologar o resultado das consultas e homologar a  
272 minuta do regulamento de consulta à comunidade para escolha de Diretor Geral e Reitor. Informa que  
273 não compete ao Conselho alterar a referida minuta, uma vez que a redação caberá à comissão central e  
274 as comissões locais. Prossegue com a apresentação do Decreto nº 6.986/09. Após, solicita ao Conselho  
275 autorização para publicar a composição das comissões eleitorais, sem que haja necessidade de  
276 convocar uma reunião. Sem objeção. Dando continuidade, o Professor Écio diz que não cabe ao  
277 CONSUP definir as questões práticas da consulta, sendo esta uma responsabilidade da comissão  
278 central, bem como das comissões locais de cada câmpus, no âmbito de sua responsabilidade. Explana  
279 sobre os requisitos para concorrer aos cargos de Reitor e Diretor Geral. Informa que criou um grupo de  
280 trabalho, composto pelo Professor Miguel (Diretor Geral do Câmpus Porto Velho Zona Norte),  
281 considerando o ensino a distância; a aluna Rosa (Presidente do Grêmio Estudantil do Câmpus  
282 Calama); Professor Roberto Portella (Assessor Especial da Reitoria); Professor Clayton (Pró-Reitor de  
283 Desenvolvimento Institucional); Professora Maranei (Diretora de Ensino) e Professor César (Assessor  
284 Especial da Reitoria); que estão elaborando as minutas de códigos eleitorais para subsidiar o trabalho  
285 da comissão central, caso assim a mesma queira. Após finalizadas, as referidas minutas serão  
286 encaminhadas a Procuradoria Federal junto ao IFRO para parecer e, posteriormente, encaminhadas a  
287 comissão central, que poderá acatar ou não. O Professor Juliano questiona se a comissão central não  
288 poderia começar a trabalhar a partir de agora. O Dr. Osvaldo, Procurador Federal junto ao IFRO, que  
289 foi convocado pelo Presidente do Conselho para participar deste momento da reunião, esclarece que a  
290 lei é clara e que os trabalhos só devem começar após o dia vinte e um de outubro, contudo ressalta que  
291 a elaboração das minutas pelo grupo de trabalho não acarreta problema. O Professor José Sudré  
292 questiona o fato de o Câmpus Ji-Paraná já ter completado cinco anos e se já não poderia ter havido  
293 eleição. O Procurador diz que não, pois a lei fala que a eleição será simultânea para Diretor Geral e  
294 Reitor. O Professor Juliano ressalta que este ano os Câmpus Colorado do Oeste e Ji-Paraná estão aptos  
295 a fazerem eleição. A conselheira Juliana externa sua preocupação com a eleição, considerando que há  
296 câmpus que vão completar cinco anos agora, mas e os que não irão? Passa-se então a um debate acerca

297 da questão dos mandatos serem cumpridos juntos para que as eleições no futuro sejam todas  
298 simultâneas. A Professora Rejane sugere que este questionamento seja levado ao MEC com o intuito  
299 de dirimir a dúvida com relação ao mandato dos demais Diretores Gerais. O Professor Edilberto fala  
300 que o Diretor Geral que tiver mandato temporário, será opção do Reitor mantê-lo na função ou não, ou  
301 ainda realizar uma consulta junto à comunidade. Ressalta que quem estiver na função ficará até o  
302 câmpus completar cinco anos. Após será feita eleição para escolha do Diretor Geral eleito, que  
303 permanecerá no mandato até todos completarem os cinco anos e as eleições possam ser simultâneas.  
304 Dando continuidade, o Professor Écio diz que ao final da apresentação do Professor Gersoney, duas  
305 perguntas precisam ser respondidas pelo Conselho. Se vamos fazer eleição este ano e se será um ou  
306 dois turnos. Em seguida, passa a palavra ao Professor Gersoney, que inicia a apresentação do  
307 cronograma eleitoral. Primeiramente, considera que a deflagração do processo eleitoral poderá se dar  
308 somente após o dia vinte e um de outubro. Desta forma, apresenta os pressupostos norteadores: data  
309 limite para votação será o dia cinco de dezembro, para contar com a participação dos estudantes; todo  
310 o processo ocorrerá em quarenta e seis dias úteis, incluindo sábados; os prazos recursais terão um  
311 mínimo de três dias; a escolha das comissões central e locais; análise e homologação dos códigos  
312 eleitorais pelo CONSUP; sugere que todos os processos eletivos de Reitor e Diretor Geral sejam  
313 homologados e encaminhados ao MEC ainda no presente exercício; cabe ao CONSUP definir as  
314 normas para escolha das comissões eleitorais, quantidade de turnos da votação e data de deflagração  
315 do processo eleitoral. Prossegue com a apresentação do cronograma, que ficou dividido em quatro  
316 fases, finalizando no dia dezesseis de dezembro com a homologação do resultado final pelo CONSUP.  
317 Após a apresentação, fala que se a opção for por dois turnos, ficaria inviável a utilização deste  
318 cronograma. O Professor Edilberto questiona que somente cinco dias para se fazer a campanha é  
319 inviável, pois os candidatos não teriam tempo suficiente para apresentação das propostas e nem  
320 escutar os anseios da comunidade. O Professor Osvino sugere então enxugar o tempo de escolha das  
321 comissões, sendo estas escolhidas por assembleia e não por eleição. Ressalta que antes de começar tal  
322 discussão, o Conselho deveria votar se a eleição será em um ou dois turnos. O Professor Edilberto diz  
323 que acredita que dá para se fazer a eleição, contudo externa sua preocupação com o curto tempo para  
324 os debates dos candidatos. Dando sequência, o Professor Gersoney esclarece que, caso as comissões  
325 sejam escolhidas por assembleia, poderia se ganhar uns seis dias para a campanha dos candidatos. A  
326 conselheira Juliana questiona qual foi a orientação da SETEC quanto ao tema das eleições e acrescenta  
327 que devemos ter um significado claro do que seria a deflagração do processo de consulta. Em resposta,  
328 o Professor Écio fala que teve uma conversa com o Secretário da SETEC Aléssio Trindade de Barros e  
329 ressalta que não devemos iniciar nenhum movimento eleitoral antes do dia vinte e um de outubro,  
330 sendo esta também uma recomendação do Procurador, Dr. Osvaldo, sob pena de impugnação das  
331 eleições. A Professora Rejane pede a palavra para esclarecer que o Conselho não tem que decidir se  
332 haverá ou não eleições este ano, uma vez que a lei é clara e que a consulta deverá ser iniciada em  
333 vinte e um de outubro. Após o debate e votação unânime, foram dados os seguintes encaminhamentos:  
334 a) haverá eleição neste ano; b) a eleição será realizada em um turno; c) as comissões locais serão

335 escolhidas por assembleia e, a partir da comissão local, será escolhida a comissão central. Por fim, o  
336 Professor Écio ressalta que, de acordo com o cronograma apresentado, para a homologação das  
337 eleições será o dia dezesseis de dezembro. Em seguida, agradece a presença, lisura e cavalheirismo de  
338 todos. Agradece o auxílio do Professor Gersony, do Procurador Dr. Osvaldo, do Professor Roberto  
339 Portella, do Professor César e da Chefia de Gabinete da Reitoria. Agradece ainda a presença da  
340 Professora Rejane, representante da SETEC neste Conselho. Dando continuidade, diz que não há  
341 como convocar o Conselho a cada publicação de resultado, por exemplo, da escolha das comissões,  
342 bem como para resolver questões operacionais relativas às eleições e solicita que o CONSUP delegue  
343 isso ao Reitor. Sem objeção. A conselheira Juliana pede a palavra para solicitar ao Reitor que coloque  
344 em pauta, na próxima reunião do CONSUP, o processo do Regulamento da CIS/PCCTAE e o  
345 processo sobre a Política de Capacitação dos servidores TAEs. Em seguida, o Professor Écio passa a  
346 palavra ao Professor Gersony, que aborda a questão do Reconhecimento de Saberes e Competências,  
347 contextualiza que o parecer do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e  
348 Competências (CPRSC) solicitou, apenas, correção ortográfica no texto e a inclusão de dois artigos  
349 que constam na resolução do CPRSC, logo salienta que não houve modificações substanciais no  
350 documento que havia sido aprovado o encaminhamento pelo CONSUP. Às dezessete horas a  
351 Professora Rejane despede-se dos presentes e se retira. O Professor Gersony prossegue dizendo que  
352 haverá uma reunião do CPRSC na próxima segunda e terça-feira e, caso encaminhássemos a nossa  
353 resolução para aprovação pelo CPRSC nesta reunião, a mesma poderia ser publicada dentro de quinze  
354 dias. Assim sendo, faz a leitura dos dois artigos que foram incluídos, exatamente como constam na  
355 Resolução nº 01/2014 do CPRSC. O Professor Juliano sugere que o CONSUP aprove o RSC para que  
356 o mesmo possa ser submetido ao CPRSC na próxima semana. Aprovado por unanimidade. O  
357 Professor Écio encerra a reunião agradecendo a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, às  
358 dezoito horas e quatorze minutos, o Magnífico Reitor e Presidente do CONSUP, dá por encerrada a  
359 reunião e eu, Thais Pereira Vargas, Assistente em Administração, lavrei a presente Ata, que vai  
360 assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior.

*Supra:*  
Vanderley Antonio Chondura Klem, Thiago Paete de Lima,  
Jauno Muriel,  
Juliano Antônio Silva,  
Mariana Angélica Silva Ayres Henrique,  
Wagner William de Silva Seios,  
Wagner William